Noeli Pertile

Professora Adjunta do Departamento e Mestrado de Geografia da Universidade Federal da Bahia

noeli.pertile@yahoo.com.br

O capital agroindustrial catarinense e o Estado

Resumo

A significativa participação do estado de Santa Catarina na atual produção agroindustrial brasileira, especialmente no setor de carnes, é um fato incontestável. Na mesma direção tem sido a representatividade, cada vez maior, de agroindústrias catarinenses no mercado externo. Assim inseridas, grandes empresas mantêm suas relações de produção, industrialização e comercialização nas distintas escalas geográficas, de modo que essas transições resultem no atendimento às suas demandas e aos seus objetivos. No entanto, para que se chegasse ao estágio atual de engajamento socioespacial e econômico, faz-se necessário analisar o processo de formação e consolidação das agroindústrias de carnes do Oeste catarinense e considerar as diversas mudanças promovidas na base econômica regional, resultado de investimentos de diferentes suportes institucionais e financeiros. Para este artigo, desenvolve-se uma análise crítica e explicativa com base no argumento de que o Estado, tanto em âmbito nacional quanto estadual, dispunha de recursos e de articulações com as agroindústrias para direcionar os investimentos almejados por esse capital industrial e passou a intervir na economia com o intuito de facilitar seu processo de acumulação. Sendo assim, o Estado apresenta-se como suporte para o desenvolvimento do capital privado, no caso analisado o capital agroindustrial.

Palavras-chave: Santa Catarina, Estado, Agroindústria.

Resumé

LE CAPITAL AGRO-INDUSTRIEL CATARINENSE ET L'ÉTAT

La significative participation de l'état de Santa Catarina dans l'actuelle production agro-industrielle brésilienne, spécialement le secteur de viandes, est un costume incontesté. Dans le même direction ce a été la représentativité, à chaque fois plus grande, d'entreprises catarinenses dans le marché externe. Ainsi d'insérées, grandes entreprises il maintient leurs relations de production, industrialisation et commer-

cialisation dans les distinctes échelles géographiques de manière que ces transitions résultent dans la participation à leurs exigences et à leurs objectifs. Néanmoins, pour qu'il s'arrive au stage actuel d'engagement économique, se fait nécessaire analyser le processus de formation et la consolidation des entreprises agro-agroindustrielles de viandes de l'Ouest catarinense et considérer les divers changements promus dans la base économique régionale, en résultant d'investissements de différents supports institutionnels et financiers. Pour cet article, se développe une analyse critique et explicative sur base de l'argument dont l'État, de telle façon dans contexte national combien de l'état, il disposait de ressources et de joints avec les agro-industries pour diriger les investissements convoités par ce capital industriel et a commencé à intervenir dans l'économie avec l'intention de faciliter son processus d'accumulation. En étant ainsi, l'État se présente comme le support pour le développement du capital privé, dans le cas analysé le capital agro-industriel.

Mots-clés: Santa Catarina, État, Agro-industrie.

1. Introdução

O modo marcante com que as grandes empresas agroindustriais se fazem presentes na organização socioespacial do Oeste catarinense torna-se motivação para esta investigação, uma vez que tais agentes atuam na condição de hegemônicos na organização do espaço. Considerando que a sociedade capitalista está firmada na propriedade privada dos meios de produção e na exploração dos trabalhadores assalariados despojados desses mesmos meios, a função do Estado é defender os interesses da classe dominante sobre o conjunto da sociedade. No entanto, o Estado capitalista moderno é visto pela população como sendo de todos e não apenas de parte de classe ou de classes. Fundamentando-se em uma visão marxista, isso ocorre porque o Estado tem, entre outras, a função de capitalista coletivo ideal, ao criar e manter as condições (materiais) gerais de (para a) produção. O Estado viabiliza, assim, a infraestrutura básica para o desenvolvimento do capital em seus diferentes ramos de atuação, garantindo, mantendo e estimulando o avanço das forças produtivas. Com base nessa compreensão, objetiva-se analisar de que modo as condições gerais de produção de uso coletivo de uma região e as políticas públicas direcionadas pelo Estado podem servir de suporte para o desenvolvimento do capital privado – o capital agroindustrial. Serão abordadas diferentes formas de envolvimento do Estado como grande contribuinte da constru-

ção de capitais agroindustriais mediante a viabilização e a implantação das condições gerais de produção e de distintas políticas públicas.

Para compreender o espaço agroindustrial hoje, é preciso vê-lo como um resultado de articulações engendradas, constante e continuamente no espaço. Essas ligações decorrem, dentre outros fatores, das ações dos agentes hegemônicos e do Estado, presentes com maior ou menor intensidade em determinadas porções do espaço geográfico, resultando em diferenciações espaciais.

As condições gerais de produção podem manter conexão direta com o processo de produção e circulação do capital (bancos, alguns serviços, redes de circulação material – rodovias, ferrovias, etc. – redes de circulação imaterial – telecomunicações e de informática) ou conexão indireta com o processo de produção e circulação (escolas, hospitais, centros de lazer, esportivos, culturais). Estes “são valores de uso coletivos no sentido em que se dirigem ao consumo de uma coletividade social e/ou territorial (estratos sociais definidos por sua renda, e ainda, classes sociais cujo modo de consumo está ligado ao lugar no processo de produção e de reprodução do capital)” (LOJKINE, 1997, p. 154).

Tanto no primeiro, quanto no segundo conjunto, o consumo das condições acontece de forma coletiva, por intermédio dos equipamentos coletivos de consumo. Os equipamentos de consumo coletivo, relacionados diretamente ao processo de produção, desenvolvem-se de forma mais rápida que os demais (que ficam em segundo plano), porque estão em conexão direta com o processo produtivo ao permitirem a circulação da mercadoria (LENCIONI, 2007). Possibilitam, assim, sua realização no mercado, agregam valor à mercadoria, transformam as mercadorias em potencial em mercadorias reais, por isso, são os prioritários. Como exemplos do primeiro grupo, têm-se as estradas que servem as zonas industriais e os serviços de telecomunicações; do segundo grupo, as estradas servindo as residências dos trabalhadores e os telefones para usuários individuais (LOJKINE, 1997, p. 158). Os equipamentos coletivos de consumo voltados diretamente à produção e as relações que estabelecem com o espaço regional serão tomados como reflexão para discutir tal relação com o processo de produção agroindustrial de carnes, tendo como referência particular o Oeste de Santa Catarina.

As diferenciações espaciais serão evidenciadas pela maior ou menor concentração das condições gerais de produção em seu processo de formação socioespacial. O resultado da pesquisa aponta que os municípios do Oeste catarinense possuem diferenciações espaciais que serão evidenciadas pela maior ou menor concentração das condições gerais de produção nas diferentes fases do processo de produção agroindustrial. A existência da produção agroindustrial implica na ocorrência de importantes vínculos entre a criação de aves e suínos pelos agricultores, nas áreas rurais, o beneficiamento e a industrialização dessa matéria-prima, em diversos municípios do Oeste de Santa Catarina e de outras regiões do Brasil. Para tanto, há a necessidade de redes de circulação do capital, seja material ou imaterial.

Considerando a existência dessas e de outras interconexões na referida região catarinense, evidencia-se a importância de abordar o conceito de rede como possibilidade de melhor compreender a realidade da construção desse espaço. Assim, na análise de rede, existe a necessidade de não tratá-la isoladamente, mas de “procurar suas relações com a urbanização, com a divisão territorial do trabalho e com a diferenciação crescente que esta introduziu entre as cidades” (DIAS, 1995, p. 149). As cidades do Oeste catarinense, por mais que possam estar articuladas e ter em comum uma forte ligação com as áreas rurais, apresentam consideráveis contrastes entre si, a exemplo da infraestrutura e da divisão do trabalho local e regional.

As agroindústrias que compõem o conjunto das grandes empresas de Santa Catarina se interessam por parcelas descontínuas do espaço geográfico que constituem objeto de seus interesses. A articulação entre essas áreas tem se tornado possível por intermédio das redes técnicas. Desse modo, as redes de telecomunicações, a ciência e a tecnologia mais avançadas também podem ser encontradas nas áreas rurais consideradas “modernizadas” dos municípios do oeste catarinense, o que nem sempre é comum no interior do Brasil. Um exemplo disso é a aplicação das pesquisas genéticas no melhoramento dos animais e do uso, cada vez mais crescente, da tecnologia em equipamentos na criação de animais, com a finalidade de garantir alta produtividade e qualidade adequada às exigências do mercado consumidor. Ou, ainda, o sistema de rastreamento via satélite (rastreamento), adotado por grandes agroindústrias para seus produtos,

desde a produção da matéria-prima até a chegada ao consumidor. Por sua vez, esse mercado também é influenciado pelas necessidades de expansão da acumulação de capital das próprias empresas.

Portanto, o referido meio, tornado inovador, abre possibilidades de instalação das atividades econômicas das grandes empresas que se relacionam com o comércio internacional, permitindo, assim, a incorporação de alguns lugares às correntes da globalização, pouco importantes para os propósitos da economia capitalista internacional. Contudo, “só os atores hegemônicos se servem de todas as redes e utilizam todos os territórios” (SANTOS, 1994, p. 53), e “as redes seriam incompreensíveis se apenas as enxergássemos a partir de suas manifestações locais ou regionais. Mas estas são também indispensáveis para entender como trabalham as redes à escala do mundo” (SANTOS, 2002, p. 269).

Assim, é indispensável pensar a complexidade da produção do espaço oeste de Santa Catarina a partir da mediação necessária entre as diferentes escalas geográficas como “um jogo de relações entre fenômenos de amplitude e natureza diversas” (CASTRO, 1995, p. 138). As diferentes escalas são os distintos recortes espaciais que possuem distintas unidades de concepção, evidenciando fenômenos, relações, fatos como uma tentativa de proximidade com a realidade. No caso em questão, o nexo mediador são as agroindústrias de carnes e toda a gama de relações com o processo de produção e reprodução do espaço regional. Isso ocorre pois a dinâmica econômica regional encontra-se, em grande medida, imbricada tanto com o processo de produção, fornecimento e industrialização da matéria-prima (aves e suínos) em nível local, quanto com a dinâmica da economia do mercado nacional e internacional.

A compreensão do mencionado processo permite discernir os distintos objetos técnicos e ações a eles associados em cada período, bem como a relação destes com seu nível de desenvolvimento, nas diferentes escalas. E, ainda, auxilia a esclarecer de que modo os agentes hegemônicos (agroindustriais) são os que melhor se beneficiam, tanto desses sistemas de objetos e ações quanto das benesses promovidas pelo Estado, para conquistar o mercado nacional e externo com produtos oriundos da exploração da produção da suinocultura e da avicultura catarinenses.

Inicia-se o artigo fazendo-se algumas breves considerações acerca da formação dos complexos agroindustriais no Brasil e em Santa Catarina, para, então, compreender as relações entre Estado e agentes agroindustriais, os hegemônicos na atual organização do espaço regional.

2. Estado, condições gerais de produção e a consolidação das agroindústrias

No processo de formação do Oeste de Santa Catarina, a presença do Estado atuou como agente socializador das relações de produção (LOJKINE, 1997) e passou, assim, a “criar as condições gerais de produção que não podem ser asseguradas pelas atividades privadas dos membros da classe dominante” (MANDEL, 1982, p. 333). Nessas circunstâncias, os grupos dominantes adquirem enorme importância sendo, frequentemente, fonte de novas ideias para o próprio Governo e, não raro, acabam tendo a última palavra. Muitas negociações podem ocorrer mais com esses grupos e a administração estatal do que entre partidos políticos.

Nesse aspecto, é imperativo tornar visível o papel desempenhado pelo Estado no gerenciamento regional. É o Estado que remove as barreiras para o desenvolvimento do capitalismo, utilizando, para isso, o planejamento de infraestrutura (forçando a mudanças na lei de valor do espaço) e a imposição de uma lógica capitalista avançada por meio de uma nova divisão do trabalho (LIPIETZ, 1988).

É nessa direção que, em diferentes momentos, o Estado catarinense exerceu papel preponderante para o desenvolvimento regional, mas sempre atendendo à determinada parcela de beneficiados. No caso do Oeste de Santa Catarina, isso ocorreu com a concessão de áreas para empresas de colonização no início da ocupação regional, na implantação de políticas de fortalecimento da base produtiva ou na implantação de infraestrutura como suporte para o setor agroindustrial em diversos municípios. A formação dessa região, então, necessariamente deve ser vista como constituinte de um processo integrado ao movimento do capital, no sentido de sua valorização.

As intervenções dos governos no setor produtivo já vinham ocorrendo em décadas anteriores. Contudo, sem dúvida, foi a partir dos anos 1960 que começa a se desencadear um processo de transformação que afeta sobremaneira o setor agropecuário. Em Santa Catarina, prevaleceram as mesmas tendências presentes na agricultura nacional, como a busca da modernização na base técnica da agricultura e a consolidação das agroindústrias, dentro da denominada modernização da agricultura¹.

Tanto na região Oeste catarinense, quanto em todo o restante do estado, parece ter vingado a proposta norte-americana da “Revolução Verde”. Esta incluía pesquisa genética animal e vegetal, utilização de insumos químicos e máquinas industriais e serviço de extensão rural, para difundir a nova base tecnológica aos agricultores por meio de crédito rural subsidiado, disseminação do modelo importado de extensão rural e de amplos investimentos em pesquisas (ICEPA/SC, 1984).

Concomitantemente à expansão agroindustrial em Santa Catarina, tem-se o crescimento do emprego não agrícola com a urbanização, trazendo, em seu bojo, maior demanda de produtos agrícolas e a evolução do mercado na direção do consumo em massa. Esse processo que ocorre dentro do modelo de desenvolvimento brasileiro fez aumentar a procura por produtos como salames, defumados, etc., ampliando as oportunidades de mercado para o setor agropecuário (ICEPA/SC, 2002).

Por um lado, o citado processo resultou em mudanças no perfil da demanda e no funcionamento do mercado de produtos alimentícios, fazendo com que as agroindústrias necessitassem redirecionar suas estratégias para o abastecimento mais estável de seu produto no mercado. Para isso, elas desenvolveram diversas táticas (muitas delas com o Estado e diretamente ligadas ao setor agrícola), buscando a melhora no fornecimento de matéria-prima.

Por outro lado, ocorreu a modernização da agricultura, estimulada pelo Estado via instrumentos políticos, o que permitiu a inserção do setor agrícola na dinâmica do setor industrial: tanto como consumidor de produtos da indústria de máquinas, insumos, medicamentos, quanto como fornecedor de matérias-primas para a agroindústria (PERTILE, 2001). Essa relação fez com que o desenvolvimento do setor agrícola estivesse dependente do setor industrial e cada vez menos autônomo em suas decisões².

Nesse contexto, a forma e o ritmo de mudança na base do setor agrícola passaram a ser direcionados pela agroindústria, especialmente a partir de meados da década de 1960. Esse estágio de modernização foi mediado pelo Estado por meio de vários instrumentos, como o crédito rural, por exemplo. Entre 1961 e 1965, foram criados o Banco Regional de Desenvolvimento da Região Sul (BRDE), o Fundo de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina (Fundesc) e o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR); em 1975, o Programa de Apoio à Capitalização de Empresas (Procape, ex-Fundesc) e, em 1981, o Programa de Aplicações Seletivas (Proase). Além disso, foram implantados os programas de assistência técnica e extensão rural que, por sua vez, foram amplamente direcionados para as agroindústrias. Estas passaram a crescer e a se consolidar durante toda a década seguinte.

O Sistema Nacional de Crédito Rural surgiu para subsidiar créditos e outras condições favoráveis de financiamento rural, como prazos e período de carência razoáveis, tornando-se o principal mecanismo de articulação pelo Estado dos interesses agroindustriais (DELGADO, 1985). O crédito rural, portanto, não esteve à disposição dos agricultores de modo geral, pois era específico da estratégia modernizadora. Tinha por objetivos maiores permitir a utilização dos chamados insumos modernos e articular os interesses de uma camada de produtores rurais aos interesses da indústria em geral e da agroindústria em particular (KAGEYAMA et al., 1987, p. 54).

Os benefícios do crédito rural atingiram a agroindústria de três formas: pelo desenvolvimento industrial – já que isso fazia parte dos recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para investimento no setor; pela concessão de crédito para comercialização da produção; e pelo crédito aos produtores integrados às agroindústrias, resultando em crescimento e melhoria na qualidade da produção (MIOR, 1992)³.

Nessa concepção de crescimento da agricultura e da indústria, acompanhando o movimento geral da industrialização brasileira, o Estado catarinense propõe grandes alterações a partir da década de 1960. Assim, essa parte da economia passou a ser planejada por órgãos governamentais. São criados os chamados Planos de Metas do Governo (Plameg I, 1961/1965 e Plameg II, 1966/1970) e o Projeto Catarinense de Desenvolvimento (PCD 1971-1974). Com eles, o Estado começa efetivamente a utilizar instrumen-

tos ativos de políticas econômicas para implantar infraestrutura social básica e para financiar o capital privado local.

Os planos tiveram quatro grandes áreas de atuação como prioridade: (1) financeira – dotar o Estado de capacidade financeira para investimentos de longo prazo por meio de agências de fomento e programas de incentivos; (2) transporte – integrar as mesorregiões produtoras ao mercado estadual e nacional; (3) energia – ampliar a área de atuação das Centrais Elétricas de Santa Catarina (Celesc), gerando e distribuindo mais energia; (4) telecomunicações – aumentar a rede de telefonia e a oferta de linhas. O Estado atuou para alargar as bases de produção, ajustando-se à ordem econômica e politizando as relações econômicas (GOULARTI FILHO, 2001).

No ano de 1961, surge o Banco Regional de Desenvolvimento da Região Sul (BRDE) e, em 1963, o Fundo de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina (Fundesc). O primeiro tinha por objetivo desenvolver a região Sul em sintonia com o modelo estipulado nos planos nacionais de desenvolvimento. E o segundo, promover o fomento da indústria catarinense, o que acaba sendo efetivado pelos dois, mediante financiamentos e créditos subsidiados e de longo prazo.

O Fundesc financiou a ampliação, a implantação, a modernização e a redistribuição de indústrias em Santa Catarina. Os recursos destinavam-se ao pagamento de despesas com estudos e projetos nas construções civis, à compra de equipamentos, ao financiamento de capital de giro, dentre outras aplicações previstas em lei. Um dos exemplos de apropriação desses recursos é a implantação de uma unidade da empresa Sadia no ano de 1970. De acordo com Espíndola (2002, p. 148), pode-se confirmar que “a instalação da Sadia Avícola, em Chapecó, contou com financiamento e subsídios do governo estadual através do Fundesc”, de modo a evidenciar a participação do Estado na liberação de recursos para as agroindústrias regionais.

Dentre os setores industriais catarinenses passíveis de receber recursos do Fundesc, o setor de alimentos foi o responsável pela captação da maior parte, exceto no ano de 1970. Entre 1971 e 1975, cerca de 50% dos recursos liberados pelo Fundesc foram direcionados ao setor de alimentos. No ano de 1972, especialmente, o setor recebeu 74,8% dos recursos. Contudo, é necessário convir que parte significativa dos recursos, cerca de 50%, foi destinada às agroindústrias (WAIN TOUCH, 1995).

Já a partir de 1975, o Fundesc foi redirecionado e transformado no Programa de Apoio à Capitalização de Empresas (Procape). O objetivo do Procape foi o de agilizar o setor produtivo, por meio da participação acionária em empresas com projetos de expansão, modernização e implantação no setor secundário da economia. Esse programa deveria estar voltado à substituição das importações, à promoção de maior absorção de força de trabalho e ao incremento da arrecadação de impostos.

Durante a vigência do programa, entre 1976 e 1978, a maior parte da liberação de recursos foi destinada ao setor de alimentos do estado catarinense, recebendo, em média, 33% do total. Nesse setor, as empresas mais beneficiadas foram aquelas voltadas à industrialização de carnes, ou seja, as agroindústrias. E, dentre essas, especialmente as localizadas no Oeste de Santa Catarina, como a Perdigão, a Seara e a Sadia⁴.

Apesar de ter sido criado em 1961, o Banco Regional de Desenvolvimento da Região Sul (BRDE) foi incluído nas linhas operacionais de crédito do governo apenas em 1965. De acordo com Giese (1991), no final da década de 1960 e início da de 1970, Santa Catarina foi o estado que mais recebeu benefícios com as ações do banco. As áreas de atuação do banco consistiam, dentre outras, em investimentos em infraestrutura e serviços de interesse regional; projetos especiais de colonização e de reforma agrária; exploração industrial, investimentos nas pequenas e médias empresas, expansão e reequipamento das indústrias existentes; instalações de novas indústrias, notadamente as que utilizam matéria-prima e outras de caráter pioneiro; construção e ampliação de armazéns, silos, abatedouros e frigoríficos.

Nesse aspecto, o direcionamento dos recursos oferecidos pelo BRDE segue a linha do ocorrido com o Fundesc, ou seja, dentro do setor de alimentos, as agroindústrias, principalmente de carnes (suíno e frango) e soja, serviram-se das maiores parcelas. Um dos exemplos adveio com o setor de carnes e de soja nos anos de 1973 e 1979, quando receberam 91% e 74%, respectivamente, do total dos recursos do setor de alimentos. Dentre as agroindústrias mais beneficiadas estão Sadia, Perdigão, Ceval, Coopercentral e Seara, incluindo as empresas já incorporadas por estas nas décadas de 1960 e 1970 (WAIN TOUCH, 1995).

No entanto, após 1975, com a expansão das agroindústrias no mercado nacional e externo, tais empresas passaram a requerer constante aprimoramento na qualidade de suas matérias-primas. Dessa forma, o BRDE passa a direcionar recursos para a produção de matéria-prima (aves, suínos, milho e soja), atendendo à necessidade das agroindústrias, especialmente na produção de rações e carnes. A produção dessas matérias-primas no estado de Santa Catarina está mais localizada na região Oeste, para onde foram destinados cerca de 60% dos recursos voltados ao setor primário, entre os anos de 1963 e 1980 (GIESE, 1991).

No ano de 1976, o BRDE cria o Programa de Desenvolvimento da Indústria de Frigoríficos de Aves e Suínos. Os recursos deveriam ser aplicados em modernização, racionalização do uso dos fatores produtivos e investimentos em áreas e equipamentos complementares e no atendimento das normas higiênico-sanitárias, objetivando a modernização e ampliação da capacidade produtiva. Nessa perspectiva, em 1978, a suinocultura e a avicultura integradas recebem 24% dos recursos destinados ao setor primário (WAINTUCH, 1995). No conjunto de subprogramas, está igualmente o Programa de Desenvolvimento Integrado da Suinocultura e da Avicultura, entre 1969 e 1980. Nesse período, foram aplicados 67% do total usado em outros subprogramas do setor primário, como fruticultura e eletrificação rural, por exemplo.

Em 1981, foi criado, ainda, o Programa de Aplicações Seletivas (Proase), no qual o Estado selecionou algumas atividades consideradas prioritárias para a economia estadual, as quais receberam os recursos do Programa. Dentre as atividades selecionadas estão a fruticultura, a eletrificação rural, a construção de biodigestores e, especialmente, a suinocultura e a avicultura.

Os recursos das duas últimas destinam-se a uma parcela restrita de suinocultores (177) e avicultores (cerca de 170) integrados às agroindústrias, seja para projetos das empresas para integração, seja para construção de aviários. Desse modo, evidencia-se, novamente, a participação do Estado na promoção de políticas voltadas às agroindústrias de carnes, por meio de recursos de planos e programas como os do BRDE.

Contudo, a forte participação do Estado não se restringe aos planos e programas que garantiram os recursos para desenvolvimento das agroindústrias do Oeste de Santa Catarina. A assistência técnica é complementar

a esse pacote de medidas de “incentivo” ao setor agropecuário catarinense. A assistência técnica (Quadro 1) é um dos instrumentos pelos quais o governo Federal insere seu apoio ao setor agrícola, assistência esta executada por intermédios dos e nos estados.

Quadro 1

EMPRESAS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA RURAL CRIADAS EM SANTA CATARINA, 1956-1991

1956	Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (Abcar)
1956	Associação de Crédito e Assistência Técnica Rural de Santa Catarina (Acaresc)
1973	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa)
1974	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater ¹)
1975	Empresa Catarinense de Pesquisa Agropecuária (Empasc)
1979	Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (Cidasc)
1991	Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural (Epagri ²)

¹ Num processo de reestruturação, a Acaresc passa a atuar com a denominação de Emater, subordinada à Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (Embrater), que também substituiu a antiga Abcar.

² A Acaresc e a Emater fundem-se, e é formada a Epagri.

Fonte: Organizado por Noeli Pertile, com base em Waituch (1995, p. 72) e Alba (1998).

Em 1956, já havia sido criada a Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (Abcar), que se estende por todo o país por meio das sedes estaduais, as Associações de Crédito e Assistência Rural (Acars). Em Santa Catarina, esta é denominada Associação de Crédito e Assistência Rural de Santa Catarina (Acaresc).

O principal objetivo do serviço de extensão rural era difundir tecnologias modernas aos produtores rurais, visando a modernizar a agricultura⁵. No setor de carnes, por exemplo, as agroindústrias impuseram um perfil tecnológico na produção animal que deveria ser seguido pelos produtores. Assim sendo, as empresas passaram a controlar os padrões de produção, como sanidade, qualidade, homogeneidade e regularidade de entrega de matéria-prima, anteriormente controlados pelo produtor (PERTILE, 2001). Dessa forma, a assistência técnica serviu de base para a incorporação de novas técnicas e para o controle da produção nesse setor. E o Estado, ao

criar a Acaresc, promoveu a adaptação e a difusão de tecnologias modernas para garantir produtos de qualidade demandados pelas agroindústrias.

Os anos 1970 configuraram-se, para as agroindústrias catarinenses e para os pequenos frigoríficos, como o primeiro grande momento de reestruturação produtiva e econômica. Com isso, as empresas passaram a adotar diversas estratégias para fortalecerem-se cada vez mais no mercado, como a concentração de capital (novos investimentos produtivos), as incorporações, a diversificação de produtos, a busca de novas áreas de valorização do capital e os investimentos no processo de modernização das unidades, entre outras. A combinação de tais estratégias – aliadas à política governamental de incentivo às exportações – possibilitou às agroindústrias catarinenses entrarem agressivamente no mercado internacional de carne suína e avícola (ESPÍNDOLA, 2002).

O resultado das políticas públicas e de novos investimentos das próprias empresas, aliado aos interesses destas em atender às demandas do mercado brasileiro, foi a ampliação e a consolidação das agroindústrias do Oeste de Santa Catarina. As empresas diversificaram suas atividades e estenderam sua área de atuação. Iniciaram suas atividades localmente e, a partir da década de 1970, quando houve maior investimento, expandiram-se para os estados do Paraná e do Rio Grande do Sul, e para as regiões Sudeste e Centro-Oeste do país, principalmente.

A Perdigão manteve suas atividades concentradas em Santa Catarina até 1974, quando passou a atuar no Rio Grande do Sul com uma unidade em Marau. Todavia, o comércio de seus produtos já se encontrava presente na região Sudeste desde 1968. Até meados da década de 1990, apesar de expandir suas atividades no Rio Grande do Sul, Paraná e em São Paulo, a empresa manteve sua atuação predominantemente em Santa Catarina.

Diferentemente da empresa Perdigão, a Sadia começa a atuar em São Paulo e Rio Grande do Sul ainda na década de 1950, já sendo beneficiada pela ferrovia São Paulo-Rio Grande nas transações comerciais. Já nas décadas de 1960 e 1970, a Sadia amplia sua área de atuação para os estados do Paraná, Mato Grosso e, principalmente, São Paulo. Nas duas décadas seguintes, os investimentos da Sadia expandem-se especialmente para os estados de Mato Grosso, São Paulo e Paraná.

Percebe-se que, ao passo que as empresas Perdigão e Sadia atuaram especialmente com expansão para os estados de São Paulo, Mato Grosso e Paraná, a Coopercentral Aurora procurou fazê-lo em Santa Catarina e no estado do Rio Grande do Sul, possuindo apenas uma de suas cooperativas filiadas no estado do Mato Grosso.

No entanto, salienta-se que, das três empresas mencionadas, a Sadia foi a que mais se distanciou da região, exercendo, até o final da década de 1990, mais de 75% de suas atividades fora do Oeste de Santa Catarina. Enquanto isso, a Coopercentral Aurora foi a empresa que permaneceu com maior concentração (mais de 50%) de suas atividades na referida região do estado.

Ao longo de todo esse processo de desenvolvimento das empresas agroindustriais em Santa Catarina, notadamente, houve a participação dos benefícios do Estado na consolidação dos principais grupos regionais. Nessa senda, os representantes empresariais de grandes agroindústrias do Oeste do estado apropriaram-se do “aparelho estatal para, através dele, ampliar seu enriquecimento privado”⁶, permitindo investimentos em diversos setores da economia.

3. Considerações finais

Analisando a importância com que o Estado se “debruça” sobre a expansão da indústria e a modernização da agricultura, é notável o direcionamento de suas escolhas às agroindústrias. Torna-se primordial salientar que, desde a década de 1960, as agroindústrias de carne concentravam-se, principalmente, na região Oeste de Santa Catarina, sobretudo no Vale do Rio do Peixe. Evidencia-se, além disso, que considerável parcela da preocupação do Estado com o processo de desenvolvimento do setor agroindustrial, como busca de tecnologia e qualidade, foi com a finalidade de beneficiar direta e indiretamente as empresas agroindustriais.

Todavia, a atenciosa esteira governamental de apoio às agroindústrias estende-se pela década de 1970. Nos projetos de desenvolvimento do Estado, são reafirmados alguns dos objetivos já conhecidos, como expandir a indústria, aumentar a produtividade agropecuária, modernizar

a assistência técnica e o sistema financeiro, fortalecer a competitividade das indústrias e acelerar a pesquisa científico-tecnológica.

Ao expandir a economia catarinense, o Governo beneficia a agroindústria de duas formas: (a) direta – com recursos para investimentos oriundos do fundo de desenvolvimento destinados ao fomento industrial; (b) indireta – com crédito ao produtor rural, assistência técnica e infraestrutura para aumentar e qualificar produtos como suínos, aves, milho e soja, matéria-prima para essas empresas.

Nesse contexto, afirma-se que no momento em que o Estado dispunha de políticas e recursos voltados para o crescimento econômico, como a industrialização, o governo catarinense passou a intervir de maneira generosa por meio de direcionamento de recursos financeiros e serviços para promover o setor industrial. Todavia, a criação de programas como o Fundesc e o Procape, e a utilização dos recursos do BRDE e do SNCR e de serviços de extensão rural foram nitidamente direcionadas para um dos setores industriais, ou seja, para as empresas agroindustriais. Dessa forma, impulsionou-se a consolidação das agroindústrias de carne localizadas no Oeste de Santa Catarina⁷ que, após se promoverem, passaram a competir com o mercado nacional e internacional⁸.

Portanto, a junção dos interesses públicos e privados (do Estado em desenvolver o setor industrial na região e o dos agroindustriais em beneficiar-se dos recursos por ele disponibilizados) foi condição essencial para a consolidação das agroindústrias no Oeste do estado de Santa Catarina, tornando-se uma região especializada na produção agroindustrial de carnes para atender principalmente ao mercado externo.

Notas

¹ Acerca do processo de modernização da agricultura, verificar a obra “Modernização dolorosa”, de Graziano da Silva (1982), e ainda “A crise agrária”, de Guimarães (1982).

² A subordinação da agricultura familiar em relação às agroindústrias também é considerada, entre outros, por Sorj et al. (1982) e Santos J. V. T. (1984).

³ Não obstante os benefícios do Estado presentes no processo de formação da agroindústria do Oeste de Santa Catarina, no processo atual de expansão e consolidação das empresas como a Sadia, o BNDES continua com seu “apoio generoso” ao capital agroindustrial, conforme dados do próprio BNDES (2007a, 2007b).

⁴ Dados da Secretaria da Fazenda, Relatórios Procape apud Waittuch (1995, p. 83).

⁵ É importante enfatizar que a assistência técnica e a extensão rural foram direcionadas principalmente para os agricultores vinculados às agroindústrias. Nesse sentido, outra grande parcela de agricultores (a maioria) estaria à mercê desse processo e, conseqüentemente, fora do que foi chamado de Modernização da Agricultura.

⁶ Michels (1998, p. 151).

⁷ Nesse sentido, concorda-se com Raud (1999), sobre a presença dos polos industriais especializados em Santa Catarina, como o agroindustrial no Oeste do estado. Da mesma maneira não se pode negar que a especialização regional de atividades como industriais e comerciais também estão presentes na organização de todo o território brasileiro (LEITE, 1994).

⁸ Existem algumas características que indicam a competitividade de uma empresa ou de uma região dentro da liberalização do mercado para que ofereçam seus produtos ou serviços concorrenciais: inovação, qualidade do produto, produtividade e rapidez de adaptação ao meio ambiente (PAULET, 1998).

Referências

ALBA, Rosa S. **A produção do espaço urbano de Chapecó-SC**. Dissertação. (Mestrado em Geografia). Florianópolis: UFSC, 1998.

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. **BNDES vai liberar R\$ 19 milhões para quatro projetos em Chapecó**. Redação em 09/06/2004. Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br>> . Acesso em: 20 ago. 2007a.

_____. **BNDES aprova financiamento de R\$ 974 milhões à Sadia S/A**. Em 20.10.2005. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/noticias/2005/not269_05.asp>. Acesso em: 19 set. 2007b.

CASTRO, Iná E. de. O problema da escala. In: CASTRO, Iná Elias de (Org.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 117-140.

DELGADO, Guilherme da C. **Capital financeiro e agricultura no Brasil: 1965-1985**. São Paulo: Unicamp/ÍCONE, 1985. 240 p.

DIAS, Leila C. Redes: emergência e organização. In: CASTRO, Iná Elias de (Org.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 141-162.

ESPÍNDOLA, Carlos J. A gênese das agroindústrias de Carne em Santa Catarina. In: SILVA, João M. P. e SILVEIRA, Marcio R. (Orgs.). **Geografia econômica do Brasil**. Presidente Prudente: FCT/Unesp, 2002. p. 140-155.

GIESE, Bárbara. **A atuação política do empresariado catarinense nos ramos têxtil e agroindustrial**: demandas e canais de influência (1970-1985). Dissertação (Mestrado em Sociologia Política). Florianópolis: UFSC, 1991. 191 p.

GOULARTI FILHO, Alcides. **Padrões de crescimento e diferenciação econômica em Santa Catarina**. Tese (Doutorado em Economia). Campinas: UNICAMP, 2001.

GRAZIANO DA SILVA, José. **A modernização dolorosa**: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1982 (Agricultura e Sociedade).

GUIMARÃES, Alberto Passos. **A crise agrária**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. (O Mundo, Hoje; v. 29).

ICEPA/SC - Instituto de Planejamento e Economia Agrícola de Santa Catarina. **Relatório Anual**. Florianópolis, 1984.

_____. **Perspectivas para a agricultura familiar – Horizonte 2010**. Florianópolis, 2002.

KAGEYAMA, Angela et al. **O novo padrão agrícola brasileiro**: do complexo rural aos complexos agroindustriais. Campinas: Unicamp, 1987. 121 p.

LEITE, Maria Ângela Faggin P. **Destruição ou desconstrução?** Questões da paisagem e tendências de regionalização. São Paulo: Hucitec/FAPESP, 1994 (Geografia: teoria e realidade, 23).

LENCIONI, Sandra. Condições gerais de produção: Um conceito a ser recuperado para a compreensão das desigualdades de desenvolvimento regional. In: IX Colóquio Internacional de Geocrítica. Porto Alegre: UFRGS. 28 de mayo - 1 de junio de 2007. Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/9porto/lencioni.htm>. Acesso em 31 de outubro de 2007.

LIPIETZ, Alain. **O capital e seu espaço**. São Paulo: Nobel, 1988. 209 p.

LOJKINE, Jean. **O Estado capitalista e a questão urbana**. Tradução: Estela dos Santos Abreu. 2. ed., São Paulo: Martins Fontes, 1997. (Novas Direções) Título original: **Le marxisme, l'État et la question urbaine**.

MANDEL, Ernest. **O capitalismo tardio**. Introdução de Paulo Singer. Tradução de Carlos E. Silveira Matos, Regis de Castro Andrade e Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Os economistas).

MICHELS, Ido Luiz. **Crítica ao modelo catarinense de desenvolvimento**: do planejamento econômico, 1956 aos precatórios, 1997. Campo Grande: UFMS, 1998. 244 p.

MIOR, Luiz C. **Empresas agroalimentares, produção agrícola familiar e competitividade no complexo de carnes de Santa Catarina**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Agrícola). Rio de Janeiro: UFRRJ, 1992. 400 p.

PAULET, Jean-Pierre. **Les régions à l'heure de la mondialisation**. Paris: Armand Colin, 1998. (Synthèse).

PERTILE, Noeli. **Marcas da "integração" na agricultura familiar de Quilombo, SC**. Dissertação. (Mestrado em Geografia). Florianópolis: UFSC, 2001.

RAUD, Cécile. **Indústria, território e meio ambiente no Brasil: perspectivas da industrialização descentralizada a partir da análise da experiência catarinense**. Florianópolis/Blumenau: Ed. da UFSC/Ed. da FURB, 1999. p. 83-182.

RIBEIRO, Ana Clara T. **Matéria e Espírito: o poder (des)organizador dos meios de comunicação**. In: PIQUET, Rosélia e RIBEIRO, Ana Clara T. (Orgs.). **Brasil, território da desigualdade: descaminhos da modernização**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.: Fundação Universitária José Bonifácio, 1991. p. 44-55.

SANTOS, José V. Tavares dos. **Colonos do vinho: estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1984. 182 p.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

_____. **Técnica, Espaço e Tempo: globalização e meio técnico-científico informacional**. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2002. 384 p. (Coleção Milton Santos; 1).

SORJ, Bernardo et al. **Camponeses e agroindústria**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

WAINTUCH, Janice M. **Poder público e iniciativa empresarial no desenvolvimento do setor de carnes da região Oeste Catarinense**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Agrícola). Rio de Janeiro: UFRRJ, 1995.

Recebido em: 28/11/2010

Aceito em: 16/02/2011